

Notas sobre a transmissão da psicanálise: rastros e restos nos interessam

Notes on transmission of psychoanalysis: trails and remains that interest us

Marta Cerruti

Resumo:

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as condições de possibilidade da formação de um psicanalista. Partindo do tripé formação, supervisão e análise pessoal como condições *prínceps* para a formação do psicanalista, buscaremos argumentar que essas condições, tomadas apenas em seu sentido formal, não são suficientes para a formação. A regra fundamental que, segundo Freud, exige a associação livre por parte do analisante e a atenção flutuante por parte do analista, nos levará a interrogar quaisquer posições dogmáticas, no percurso de uma formação. A ideia de transmissão, presente na obra de Walter Benjamin, também nos auxiliará a revisitar esse tripé em outros termos, pois a palavra, como constituinte de uma experiência, aponta para uma posição ética que não reputa um passado imobilizado, mas sim, como campo de sentidos que carregam possibilidades de transformação no presente.

Palavras-chave:

Psicanálise, transmissão, experiência, ética, herança.

Abstract:

This article aims to reflect upon the conditions and possibilities in the professional training of a psychoanalyst. Assuming the tripod comprised of training, supervision and personal analysis as a starting point of fundamental conditions to the psychoanalyst's training, we will seek to argue that such conditions, if taken merely in their formal sense, prove themselves insufficient. Freud's fundamental rule, which demands free association on the part of the analyzed and fluctuating attention on the part of the analyst, will lead us to interrogating any dogmatic position in the course of a training. The idea of transmission, found in the works of Walter Benjamin, will also aid us in revisiting said tripod in different terms, since the word as a component of experience points to an ethical position that doesn't consider the past as motionless, but rather as a field of meanings that carries in itself possibilities of transformation in the present.

Keywords:

Psychoanalysis, transmission, experience, ethics, heritage.

DO PONTO DE VISTA FORMAL, a formação de um analista supõe o já bastante conhecido tripé: análise pessoal, supervisão e formação teórica para a apreensão do método. A intenção dessa reflexão é revisitar esses requisitos, a partir do que Freud define como a regra fundamental da análise: a associação livre e sua contrapartida para o psicanalista, a atenção flutuante. Diz Freud em suas *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912, p. 154):

Assim como o paciente deve relatar tudo o que sua auto observação possa detectar, e impedir todas as objeções lógicas e afetivas que procuram induzi-lo a fazer uma seleção entre elas, também o método deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir sua própria censura pela seleção que o paciente abriu mão. Ele deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente.

Com efeito, trata-se de uma estratégia de apreensão, bastante peculiar, daquilo que não está acessível à consciência, pois busca, sim, o esclarecimento, mas sem, com isso, ter como método um programa de conteúdos já determinados de antemão. Isso nos obriga a pensar como, no percurso de uma formação, é possível manter-se fiel, no processo de transmissão, ao fato de que o “eu não é o senhor em sua própria casa”, ou ainda, talvez o eu jamais tenha possuído uma morada.

Em suas lições (1910), Freud é interrogado sobre quais as condições que levam alguém a se tornar analista. Ele responde: pela análise de seus próprios sonhos.

Ora, temos aqui claras indicações de que, para além do aspecto formal do tripé, a formação de um analista é atravessada pela incidência do inconsciente, em um percurso no qual diferentes modulações transferenciais irão se estabelecer, seja na análise, na supervisão e na formação teórica, em uma combinatória de determinações inconscientes e acasos e encontros.

Quando alguém nos procura para ser analisado, vem com uma questão crucial: quer melhorar, quer entender o que se passa, quer se ver livre de um sofrimento. Os analistas estão sempre às voltas, por um lado, com a legitimidade de tal demanda, e, por outro, com qual o tipo de resposta a ser dada. Tal impasse também comparece referido à formação: quem procura uma instituição quer aprender. Que tipo de resposta uma instituição pode dar a quem

a procura na expectativa de aprender? Se não se trata de oferecer qualquer sentido já formatado, restaurando um hipotético bem-estar, fica a questão: é possível ensinar Psicanálise?

De fato, militar a favor da Psicanálise como algo que interroga, sem descanso, qualquer verdade normativa sobre um sujeito, nos obriga a revisitar algo que vem sistematicamente fracassando em nosso ensinamento: a maioria das instituições responsáveis pela formação de psicanalistas tende a aprisionar seus membros as suas experiências transferenciais de origem. Saleme (2008) aponta as consequências nefastas de tais práticas de ensinamento: a perda da vivacidade, da manutenção de um estilo singular e da criatividade dos analistas em formação. Há uma forte burocratização das instituições encarregadas da transmissão do legado freudiano.

Sustentadas em uma constante revisão purificadora da teoria freudiana, as instituições formadoras acabam por perpetuar e aprisionar, e, porque não dizer, até negar os excessos que o próprio Freud nos propõe. A exigência de que seus membros mantenham uma eterna reverência transferencial, bem como a crença imaginária de que há um mestre capaz de garantir o impossível, impedem a criação e a potência de seus membros.

Para Saleme (2008), ancoradas na produção de um simulacro de saúde mental, as instituições geram, no decorrer da formação de um analista, um doente da normalidade e da adaptação. Daí o empréstimo do conceito de normopatia, de Joyce MacDougall, que dá título ao livro de Saleme, “A normopatia na formação do analista”.

O normopata é aquele que segue, cegamente, as regras estabelecidas, contanto que isso lhe garanta poder e reconhecimento. Tal como Eichmann, que declara não ter nada contra os judeus, do ponto de vista pessoal, mas que com o intuito de ser um funcionário exemplar, apenas obedecia a ordens superiores, na normopatia a alteridade é recusada, e a moral e a ética se confundem. É assim que a burocratização da transmissão da Psicanálise, na qual a transgressão se confunde com ataque e doença, acaba por transformar a vivacidade e a criatividade de um analista em normopatia, o que pode ser entendido, por paradoxal que seja, como resistência à própria psicanálise. A transgressão, tomada sempre como algo da ordem da patologia, tende a uma normatização do social.

De fato, a um projeto adaptativo e normativo de ensinamento da Psicanálise, que se presentifica no engessamento de diferentes instituições formadoras, devemos responder com outro que é transgressivo e libertário e que, sustentado pelos excessos que Freud aponta, reconhece a potência do ser humano. Isso equivale a considerar que a Psicanálise não é um dogma, tampouco se trata de um artigo de fé. Justamente por essas razões, a prática e o

processo de formação de um analista não deve se confundir com os organismos que pretendem ser seus representantes. Segundo Saleme (2008, p. 105):

A psicanálise não é uma questão de ensino e sim de transmissão. A transmissão da psicanálise se passa pela identificação com a postura ética de outros analistas. A teoria está escrita, alguém pode conhecer todos os livros escritos sobre o assunto e não será, por isso, um psicanalista. A psicanálise possui uma ética e uma liberdade de pensar que se contamina e é transmitida na convivência com o psicanalista quando ele mostra como ouve e como se posiciona frente às questões. A transmissão se dá no contágio (2008, p. 105).

SOBRE A TRANSMISSÃO

Walter Benjamin nos oferece subsídios importantes para justificar que a formação, para além do aprendizado, é um processo de transmissão. Em 1933, Benjamin, em seu texto *Experiência e pobreza*, descreve como os combatentes da guerra de 1914 tinham retornado silenciosos dos campos de batalha: “mais pobres em experiências comunicáveis”. Ao silêncio dos que regressam do horror, soma-se o encontro dessa geração com uma nova configuração de forças esmagadoras e uma nova forma de miséria: a miséria não apenas financeira, mas a miséria decorrente da prevalência do progresso e do desenvolvimento da técnica.

Uma miséria que, para Benjamin, distingue a emergência da nova barbárie, pois anuncia o tempo em que a ciência não apenas visa instrumentalizar a cultura, mas busca tomar seu lugar no ordenamento do laço social.

No campo da saúde mental, na atualidade, atribuem-se às diferentes modalidades de sofrimento nomes e categorias que procuram uma uniformização e homogeneização que excluem a dimensão da experiência de cada sujeito e resultam em generalizações diagnósticas. E essas mesmas categorias diagnósticas, que sugerem a possibilidade de uma autonomia das patologias, são utilizadas como ferramentas para a compreensão e análise do tecido social: a periculosidade de determinadas condutas, a inadaptabilidade às normas, a patologização de estilos de vida, usos e costumes. Trata-se de um esforço de determinação, racionalização, nomeação e impessoalização do sofrimento que Dunker (2015) nomeia de *violência dos diagnósticos concentracionários*. Nomeações que confinam a experiência, bem como o potencial crítico e interrogante de um sintoma. De fato, vivemos, sim, em um

[...] mundo desencantando, pois quem fala é a voz da razão, mas também pela magia de uma sociedade inteligível de ponta a ponta. Desse mundo desencantado os deuses se exilaram, mas a razão conserva todos os traços da teologia escondida: saber transcendente e separado, exterior e anterior aos sujeitos sociais. (SCHWARZ, 2000, p. 85)

Mais tarde, em seu texto *O narrador* (1994/1936), Benjamin nos fala da perda da experiência compartilhada. O silêncio que testemunha a pobreza de experiências comunicáveis tem, como consequência, o declínio da arte de contar, condição que acompanhava e garantia a continuidade da experiência.

Para Benjamin, a narrativa valoriza a transmissão da palavra, garantindo a continuidade da experiência comum. Não se trata apenas de passar conteúdos, mas de estabelecer uma cadeia que marca lugares. Uma continuidade que não fala de um eixo vertical, do mais velho para o novo, mas do eixo horizontal: a posição que cada um ocupa frente a palavra transmitida, incorporando aquilo que é narrado a experiências presentes.

O enfraquecimento da experiência – esta entendida como algo vivido individualmente e que tem a capacidade de ecoar no coletivo – no mundo capitalista moderno desemboca em uma ênfase na experiência individual, o que remete a um sujeito solitário e marca o fim da narrativa como arte de contar e transmitir a história ancorada em tradições e lembranças comuns, guardiões da transmissão de uma experiência coletiva.

Para Benjamin, o romance surge como o contraponto à narração. O leitor do romance, ao se identificar com o protagonista deste, encontra sentidos para a sua própria experiência, a partir do relato do que é vivido pelo herói do romance, experiência que se encerra com a morte, seja a morte do protagonista, seja o fim do romance. Já a narrativa se caracteriza por sua abertura: nela, o sentido aparece através da reconstrução de uma experiência que visa garantir a memória e a palavra comuns.

Na narrativa que Benjamin apresenta no texto *O narrador*, o pai moribundo indica aos filhos que há um campo que contém enterrado um tesouro. Os filhos cavam e mexem a terra, e nada encontram, mas o revolver a terra torna-a fértil e produz a melhor colheita. Há, aqui, uma herança que surge a partir de um ponto residual, um rastro, e, por isso, em nada positiva.

O que é passível de ser transmitido se refere a uma lacuna, que se atualiza em uma experiência compartilhada. Aquele que recebe uma transmissão torna-se responsável por aquilo que será feito dela marcando tanto uma ação futura, quanto o movimento de apropriação de uma herança que diz respei-

to, também, a algo que é próprio de quem a recebe. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, age sobre o presente.

A transmissão não ocorre de maneira direta e imediata, tal qual uma mensagem que circula em continuidade entre o remetente e o destinatário, mas, sim, se efetiva quando uma continuidade é rompida. Assim, rompendo uma continuidade, são produzidos efeitos, na medida em que aquele que recebe algo do passado é capaz de inscrever uma diferença no presente: o ontem se atualiza em um projeto futuro, transformando, desse modo, o passado para mantê-lo presente.

Em nossos tempos vemos, cada vez mais, a circulação de informações supondo a materialidade daquilo que nos é dado a conhecer. A informação jornalística, por exemplo, se reveste imaginariamente da capacidade de poder reproduzir um fato em sua materialidade mimetizando, ponto a ponto o ocorrido, buscando o dado empírico ou o fato bruto. Mas a Psicanálise, com Chico Buarque, insiste: “a dor da gente não sai no jornal”.

Ressaltamos, aqui, a forma como a prática de um psicanalista encontra ressonâncias nas características da narrativa. E isso não é apenas porque o processo de uma análise se centra na narrativa oral, mas, acima de qualquer coisa, porque a associação livre, da parte do analisante, e a atenção flutuante, da parte do analista, não se ordenam exclusivamente em um sentido positivo, atrelado a qualquer normatividade. Não se trata de uma abordagem munida de sentidos prévios e que vai tentar aplicá-los em seu método de escutar o sofrimento. Freud, na maioria das descrições de seus casos, não busca a aplicação de sua teoria, mas, sim, busca construir sua teoria.

Essa nova relação com a palavra, franqueada pelo desenvolvimento da ciência, é a nossa condição. A Psicanálise, ao reativar a função constitutiva da narrativa, solicitando daquele que a procura que fale livremente, não promove qualquer resgate de uma função tradicional. Isso seria um equívoco: a prática psicanalítica supõe uma maneira de relação entre passado e presente, na qual o primeiro sobrevive como marcas, restos, que se recompõe no presente, tal como a experiência transferencial testemunha. O que deve ser destacado não remete a qualquer nostalgia de um passado melhor, mas, sim, o fato de que a regra fundamental de associar livremente implica em uma tarefa incessante e fragmentária. A análise não se ocupa de uma restituição integral do passado, mas procura fazer falar um sujeito que sofre de reminiscências.

A transmissão assim compreendida, como partilha de saberes passados ao longo de gerações, e não como um elogio incondicional à prática da rememoração como restituição integral do passado, se alinha ao que a Psicanálise considera o valor da palavra: algo que nos conduz à eterna busca de algo desde sempre perdido, e por isso sempre reencontrado como ficção. Aquilo

que sobra do passado — não mais que traços — pode ser reconstruído no presente, na tentativa de formular um projeto possível.

Eis aí uma condição em tudo diferente do romance clássico e da informação em cuja forma a comunicação é hegemônica. A injunção ética que a Psicanálise dirige ao sujeito, sob a forma de regra fundamental da prática, a associação livre, visa relançar o sujeito em uma polissemia de articulações simbólicas.

Dessa maneira, qualquer proposta que vise à formação de um psicanalista deve ter bem claro que uma herança só é absorvida se houver um processo ativo de apropriação. Dito de outro modo, trata-se da apropriação ativa daquilo que é herdado passivamente.

TRAVESSIA: REVISITANDO O TRIPÉ

Vamos, então, munidos dessas reflexões, visitar o tripé que norteia a formação de um psicanalista: a Instituição, a análise pessoal e a supervisão.

Da Instituição, podemos dizer, de pronto, que o percurso teórico dos conceitos deve ser detalhado. A leitura é condição fundamental, mas deve-se ter sempre em conta que é um trabalho pessoal, uma vez que ela é sempre atravessada pelas questões daquele que a estuda. Embora a leitura seja a consolidação dogmática de um campo, a transmissão do saber deve se esforçar em promover circulações, conexões, ampliações e ressonâncias. Paradoxalmente, uma posição antidogmática na formação é o que permite que cada um possa decantar sua posição de psicanalista.

O esforço de procurar sempre uma posição antidogmática nos obriga, constantemente, a desconstruir e reinventar formas de saber e discursos. Para Freud, a figura da soberania como operadora dos laços não é uma constatação, mas um problema. Seja intrapsiquicamente, através do superego que coloca a cena masoquista, ou nas massas, Freud entende a soberania como uma questão a ser tratada. E uma instituição que pretende formar psicanalistas não pode, de maneira alguma, se abster dessa exigência. Ou seja, o objetivo daquele que transmite é o de construir modalidades de laço que não estejam inarredavelmente subsumidas à resignação e à eterna severidade superegógica, que, em sua faceta crítica, só promove inibições.

A ética que pauta a formação deve promover a drástica redução das demandas por figuras onipotentes e soberanas, uma vez que essas demandas presentificam as expectativas de cuidado, da religião à ciência. Uma instituição que se responsabiliza pela transmissão da Psicanálise não pode, em hipótese alguma, prometer qualquer política de verdade capaz de suturar divisões e conflitos.

O percurso de uma análise vai testemunhar identificações, desidentificações, idealizações e rupturas de relações imaginárias que vão se movendo

no tabuleiro das diferenças, entre analista e analisante. A ética do psicanalista e da psicanálise não deve levar a uma identificação egóica, ou superegóica, com o analista, seja como modelo normativo, seja no sentido de uma pertinência obrigatória a uma instituição. Se o que se almeja é a construção de uma estrutura vertical, que une e forma um coletivo e que pode prescindir de qualquer submissão a um líder, não há como considerar que qualquer análise possa se outorgar o poder de legitimar ou não a formação de um psicanalista.

As supervisões são lugares de escuta sobre a prática clínica, e não lugar de vigia e adequação a qualquer doutrina. Sua verticalização carrega todo o séquito de inibições que a idealização traz.

De fato, a ideia de transmissão nos obriga a pensar em uma formação capaz de dispensar um modelo transcendente, universal e vertical para a constituição do laço com o outro. Fala a favor da possibilidade de um encontro com o outro que não se encerra em um significado único, mas supõe uma abertura para a diferença. Utopia, alguns dirão, mas é de nossa própria precariedade que tornamos a vida possível. Não devemos ceder na busca do viver coletivo, baseado em uma ética que prega que cada um deve assumir a responsabilidade por seus atos. Isso corresponde a uma tarefa árdua, mas uma instituição que tem como missão transmitir a Psicanálise deve sempre buscar se diferenciar da massa, entendendo que a coletividade que a ela pertence não se define por uma fronteira que demarca quem pertence e quem não pertence ao grupo, conforme a lógica da segregação.

Para finalizar, podemos dizer que o que está em jogo é o desejo de reconhecimento: reconhecimento de um sofrimento e de uma construção singular, que o analisante anseia vir do psicanalista, bem como o aluno anseia vir de seu professor. Aqui, a transmissão revela uma peculiar forma de educar: trata-se de uma educação para a liberdade, que tem em seu âmago a noção do desamparo freudiano como potência. E isso porque a Psicanálise deve nos conduzir, sim, a um reconhecimento, mas de uma ordem bastante singular: reconhecimento que é de si mesmo, e não do psicanalista ou do professor. E tudo isso com prazer e criação.

Guimarães Rosa diz que o sertão é travessia, e viver é perigoso. A formação de um psicanalista é travessia, que faz eco com o testemunho de Riobaldo, em sua desconstrução, na travessia do sertão:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa – a inteira – cujo significado e vislumbro dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de

cada uma pessoa viver, mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar, como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?. E que para cada dia e cada hora, só uma ação possível da gente consegue ser certa. Aquilo que está no encoberto; mas, fora dessa consequência tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que beltrano fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso. Ah, porque aquela outra é a lei, escondido e vivível mas não achável, do verdadeiro viver. (ROSA, João Guimarães – Grande Sertão:Veredas)

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma.** São Paulo: Boitempo, 2015.

Freud, Sigmund. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise.** v. XI. São Paulo: Abril Cultural, 1910.

Freud, Sigmund. **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise.** v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1912.

SALEME, Maria Helena. **A normopatía na formação do analista.** São Paulo: Escuta, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis.** São Paulo: Livraria duas cidades/Editora 34, 2000.